

AS GRAMÁTICAS DOS LINGUISTAS NO BRASIL: LÍNGUA, GRAMÁTICA E ENSINO NAS OBRAS DE MÁRIO PERINI E ATALIBA DE CASTILHO

RAYSSA RAQUEL MARINHO DA SILVA*


Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Programa de Pós-Graduação em Letras, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Recebido em: 27 abr. 2024. Aprovado em: 29 abr. 2024.

Como citar este artigo: SILVA, R. R. M. da. As gramáticas dos linguistas no Brasil: língua, gramática e ensino nas obras de Mário Perini e Ataliba de Castilho. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, v. 24, n. 2, p. 115-130, maio/ago. 2024. DOI: 10.5935/cadernosletras.v24n2p115-130

Resumo

O objetivo deste artigo é investigar o posicionamento dos linguistas em relação à construção das gramáticas descritivas a partir de duas perguntas norteadoras: “O que é gramática?” e “Para que ensinar gramática?”. Nas primeiras décadas do século XXI, uma nova agenda de estudos linguísticos emergiu, dando origem às gramáticas produzidas por linguistas após a exposição das fragilidades teóricas, conceituais e empíricas da doutrina gramatical tradicional. Portanto, é de suma importância compreender como essa agenda molda as novas gramáticas e responde às perguntas levantadas. O *corpus* analisado compreende as obras

* E-mail: rayssaredatora@gmail.com
 <https://orcid.org/0009-0003-7634-4539>

de Mário Perini, *Gramática descritiva do português* (2005) e *Gramática do português brasileiro* (2010a), além de *Nova gramática do português brasileiro*, de Ataliba de Castilho (2010).

Palavras-chave

Gramática. Linguistas. Ensino.

INTRODUÇÃO

O paradigma tradicional de gramatização (PTG), segundo Vieira (2018), é o que se constitui como uma ramificação dos estudos linguísticos grego-latinos – surgidos, inicialmente, por uma perspectiva filosófica –, tornando-se mentor teórico-metodológico do que é compreendido como gramática tradicional desde os alexandrinos até os gramáticos brasileiros da atualidade. Assim, as produções gramaticais que se inserem no PTG foram pensadas, elaboradas e produzidas a partir de um padrão de “montagem”, em que essas linhas de gramatização “buscam construir e ensinar um padrão linguístico ideal a partir da prescrição de supostas formas corretas e legítimas” (Vieira, 2018, p. 10).

A partir de 1960, tem-se a inclusão da linguística no currículo de Letras na Universidade do Brasil, e, a partir disso, começa-se a pensar como o funcionamento dessa ciência pode contribuir para o ensino de gramática. Surgem, assim, críticas a esse modelo tradicional, principalmente no que diz respeito às fragilidades teórico-metodológicas e à relação incoerente e irreal de prescrever um comportamento linguístico ideal inalcançável para o falante.

Tem-se uma nova agenda de estudos linguísticos nas primeiras décadas do século XXI, que Francisco Vieira (2018) denominará de *boom* gramatical, em que essas diferentes gramáticas escritas por linguistas deu-se após a exposição das fragilidades teóricas, conceituais e empíricas da doutrina gramatical, bem como o reconhecimento científico do português brasileiro como uma entidade linguística plena, legítima e autônoma.¹ Essas mudanças foram acompanhadas

¹ Os linguistas brasileiros têm contribuído para o debate sobre a especificidade do português no/do Brasil desde o século XIX. Essa discussão envolve duas posições principais: uma purista, que defende a unidade linguística entre Brasil e Portugal, e outra não purista, que valoriza a diferença e a especificidade do português brasileiro. Segundo Farias (2014), as gramáticas dos linguistas brasileiros afirmam a especificidade da língua como um meio de legitimar a identidade nacional brasileira, mas elas não

pelas críticas ao ensino da norma-padrão e da nomenclatura e dos conceitos gramaticais.

Mesmo com um novo olhar para a concepção, a variedade linguística e o ensino de gramática, de modo reflexivo e crítico, as elaborações feitas por linguistas não constituem um novo paradigma de gramatização. No entanto, é substancial destacar a importância dessa nova era, na qual a atenção volta-se à produção de gramáticas que contribuem para um novo ensino, em que o aluno compreende a norma-padrão, mas também os usos reais da fala, tendo, portanto, a capacidade de reconhecer a variedade culta e a variedade popular da língua portuguesa (Barroso, 2020).

Por conseguinte, a preocupação dos linguistas por um ensino mais reflexivo e científico de gramáticas proporcionou a produção de obras mais descritivas, com uma teoria linguística consolidada, preocupação com o ensino-aprendizagem, arcabouço para além do cânone literário clássico, abordagem de outras variedades do português e reconhecimento do português do Brasil/português falado como legítimos – o que por muito tempo foi ignorado pelos estudos gramaticais, visto que nesse modelo não há espaço para a discussão de novos dados, especialmente no que diz respeito à variação linguística (Pilate *et al.*, 2011).

O conjunto de gramáticas emergentes, de acordo com o elenco trazido por Vieira (2018), pode ser representado pelo Quadro 1.

Quadro 1 – Conjunto de Gramáticas Emergentes

Título da gramática	Autor	Editora	Ano de publicação
<i>Gramática dos usos do português</i>	Maria Helena de Moura Neves	Editora Unesp	2000
<i>Gramática Houaiss da língua portuguesa</i>	José Carlos de Azeredo	Editora Publifolha	2008
<i>Gramática do português brasileiro</i>	Mário A. Perini	Parábola Editorial	2010
<i>Gramática pedagógica do português brasileiro</i>	Marcos Bagno	Parábola Editorial	2012

Fonte: Elaborado pela autora com base em Vieira (2018).

possuem uma posição homogênea. Isso é perceptível nas novas gramáticas – Perini (2010a), Castilho (2010) e Bagno (2011) – que se denominam do “português brasileiro”; a de Ferrarezi Jr. e Teles (2008), do “brasileiro”; as de Neves (2000) e Azeredo (2008) mantêm as denominações tradicionais (“do português”, “da língua portuguesa”).

Diante dessa abordagem, este estudo busca compreender o posicionamento dos linguistas em relação à construção das gramáticas descritivas e explorar a proposta de inovação que eles trazem para romper com sistemas preexistentes, com foco em responder às seguintes perguntas:

- O que é gramática?
- Para que ensinar gramática?

Para alcançar esse propósito, os autores selecionados foram escolhidos devido à sua contribuição e importância para os estudos gramaticais no Brasil. Embora haja outros autores também relevantes para a construção e composição da gramaticografia brasileira, o tamanho da nossa discussão neste trabalho impede uma análise minimamente razoável de todos eles. Dessa forma, examinamos um *corpus* composto pelas obras *Gramática descritiva do português* (2005) e *Gramática do português brasileiro* (2010a), de Mário Perini, e *Nova gramática do português brasileiro*, de Ataliba de Castilho (2010), enfatizando suas contribuições e perspectivas.

CONCEPÇÕES DE GRAMÁTICA

O conceito de gramática não é unívoco; pelo contrário, há várias concepções que serão norteadas pela noção de língua que as sustenta. Assim, no que diz respeito à definição e aos propósitos da gramática, ao longo do tempo houve uma mudança significativa nessa ideia. Os estudos no campo da linguística expandiram-se consideravelmente, e, além da gramática tradicional, também podem ser identificados outros tipos de gramática, como a descritiva e a internalizada.

A gramática teve suas origens no mundo ocidental por volta do século II a.C., na Grécia, onde se desenvolveu como um componente da filosofia. Durante esse período, a Grécia estava sob o domínio da Macedônia, cujo rei Alexandre não reprimiu a influência cultural vigorosa de seu império sobre as terras que conquistou.

Segundo Vieira (2018), na tentativa de preservarem a suposta língua “correta” de Homero e evitarem as influências “bárbaras” que permeavam os territórios macedônios, os gramáticos alexandrinos reconheceram que a língua

havia passado por mudanças ao longo do tempo, mas avaliaram a mudança de forma negativa.

Assim, os primeiros filólogos e gramáticos da história ocidental estabeleceram julgamentos em relação às inevitáveis transformações da língua e perceberam as diferenças que a linguagem usada nos textos de Homero havia experimentado ao longo do tempo, afastando-se do padrão clássico. Esse zelo pela preservação da forma “pura” da linguagem homérica influenciou profundamente o desenvolvimento subsequente do estudo linguístico e gramatical nas línguas ocidentais (Neves, 1997).

Dentro desse contexto de surgimento da gramática tradicional, também conhecida como gramática normativa ou escolar, cria-se um manual de regras para “falar e escrever bem”. No entanto, essas prescrições não se baseiam na análise dos fatos e usos linguísticos reais dos falantes, mas buscam priorizar uma variedade da língua, a padrão culta, e a consideram superior às demais. Além disso, enfatizam a existência de formas gramaticais corretas, descartando as formas “erradas”, embora sejam amplamente utilizadas pelos falantes em suas interações cotidianas.

A segunda perspectiva gramatical é de natureza descritiva, na qual o foco do gramático é a descrição da estrutura e do funcionamento da língua em sua forma existente.

Nesse contexto, não se busca determinar o que é “falar corretamente” ou “incorretamente”, mas sim entender as diferenças e estudar a língua em seu contexto funcional. Isso é resumido pelos postulados de acordo com Castilho (2014, p. 45):

(1) A língua enquanto substância é um conjunto ordenado de itens (ou classes linguísticas) que estabelecem entre si relações linguísticas e desempenham funções linguísticas identificáveis pelos contrastes entre eles. (2) A língua enquanto forma, estrutura ou padrão é um conjunto de unidades (ou pontos idealizados nesse padrão) que se distribuem em níveis hierárquicos, identificados pelas oposições entre eles. (3) A realização dessas unidades no enunciado está sujeita à variação de uso, que deve ser examinada em suas correlações com fatores linguísticos e extralinguísticos.

Uma terceira perspectiva sobre a gramática é a concepção internalizada, que pode ser descrita como “o conjunto de regras que os falantes dominam e que lhes permite usar a língua de forma mais consciente” (Travaglia, 2003, p. 32).

Essa definição teve origem com Noam Chomsky, que argumenta que a natureza da linguagem está intrinsecamente ligada à estrutura biológica humana (Martelotta, 2008). Portanto, todo falante de português possui um conhecimento implícito da língua, embora não seja capaz de expressar esse conhecimento de maneira explícita.

Essa definição refere-se aos conhecimentos que capacitam o falante a fazer construções linguísticas sobre sua língua materna de forma que elas sejam compreensíveis e imediatamente identificadas como parte de uma língua específica. Dado que as pessoas conseguem reconhecer frases como pertencentes à sua língua, produzir sequências sonoras com características específicas e compreender o significado por trás delas, é razoável inferir que em suas mentes residem conhecimentos de natureza particular (Possenti, 2002).

Desse modo, o conceito de gramática é multifacetado e sujeito a várias interpretações. A gramática tradicional, com seu foco em normas e regras, desempenhou um papel influente na história dos estudos gramaticais. Por sua vez, a abordagem descritiva representa uma inovação e uma reformulação desse modelo ao analisar a língua em seu contexto real. Além disso, a gramática internalizada adota uma perspectiva cognitiva ao revisitar a linguagem sob a ótica biológica. Cada uma dessas abordagens apresenta um arcabouço teórico fundamentado pelos princípios subjacentes à sua concepção de língua.

O PERFIL DAS GRAMÁTICAS DE MÁRIO PERINI

Na quarta edição de *Gramática descritiva do português* (2005), publicada pela Editora Ática, Perini (2005) menciona a insatisfação crescente com a qualidade das gramáticas que se estende por um longo período, abrangendo diversos grupos interessados: teóricos linguistas, especialistas, professores de português, estudantes e aqueles movidos pela mera curiosidade. Depois de décadas de críticas aos defeitos das tradições gramaticais, a demanda por gramáticas mais apropriadas tem sido uma constante, pressionando os pesquisadores de língua portuguesa e linguística a criar obras que superem as falhas anteriores.

O autor comenta, ainda no prefácio, que a linguística experimentou um notável crescimento nas últimas décadas. No Brasil, passou de um cenário quase inexistente na década de 1960 para uma comunidade linguística numerosa, com uma produção intensa e frequentemente de alta qualidade em quase

todas as principais áreas da disciplina. Hoje, tem-se uma linguística de alto nível, estabelecendo bases para uma “descrição coerente, empiricamente adequada e teoricamente sofisticada de todos os aspectos da língua, incluindo seu uso, variação, aquisição, evolução histórica e assim por diante” (Perini, 2005, p. 13).

Assim, novas descobertas são feitas, e velhas descobertas são reinterpretadas, lançando uma nova perspectiva sobre a realidade da língua portuguesa. No entanto, Perini (2005) afirma que, enquanto todos esses avanços acontecem, os jovens são obrigados a estudar compêndios de gramática em vez de recursos essenciais de comunicação. Nessa gramática, abordaram-se diversos problemas, formulados com clareza, e, para muitos deles, foram propostas soluções. Entretanto, não se buscou evitar soluções controversas, e frequentemente foram apontadas as limitações das análises adotadas.

O autor inicia sua obra com um prefácio em que destaca os problemas das gramáticas usadas no ensino de português, ressaltando a distância entre os estudos linguísticos nas universidades e a abordagem utilizada nas escolas. Sua gramática é apresentada como uma contribuição para reformular o ensino gramatical no Brasil, com o objetivo de discutir pontos bem compreendidos e identificar problemas a serem estudados. A obra adota uma perspectiva de trabalho semelhante a um relatório de pesquisa, o que é incomum nas produções da língua portuguesa até então, e possui um caráter descritivo, em que se analisa a variedade culta da língua portuguesa.

Na primeira parte, o autor discute sua postura em relação aos objetivos do ensino de gramática na escola e foca principalmente a análise dos fatos sintáticos e semânticos, com promessas de inclusão de fonologia e morfologia em edições futuras, assim como considera a análise do discurso e a pragmática como disciplinas especiais, visto que se voltam para a análise extralinguística.

A segunda parte do livro aborda a análise sintática, discutindo a oração simples, a composição do sintagma, a oração complexa, a transitividade e os sistemas de correspondência entre unidades do português. A terceira parte ocupa-se da semântica e destaca que o desafio ao estudar o significado das formas linguísticas é discernir entre a parte que vem da interpretação das estruturas e dos itens lexicais e a parte que provém do conhecimento que o falante tem de fatores extralinguísticos. Por fim, a quarta parte trata da lexicologia, com foco na classificação de palavras.

Já *Gramática do português brasileiro*, a segunda obra de Perini (2010a) escolhida para análise, também possui o caráter descritivo, mas, em contrapartida, o autor usa o português falado em diversas partes do Brasil como *corpus*.

Perini (2010a, p. 22) afirma que “o objetivo do livro é descritivo: ou seja, pretende descrever como é o PB, não prescrever formas certas e proibir formas erradas”.

A obra é organizada em 38 capítulos, com as seções abordando tópicos que vão desde a introdução (capítulos 0 e 1) até aspectos da sintaxe da oração (capítulos 2 a 10), valência (capítulos 11 e 12), período composto (capítulos 13 a 20), usos das formas verbais (capítulos 21 a 25), sintagma nominal (capítulos 26 e 27), concordância (capítulos 28 e 29), classes de palavras (capítulos 30 a 35), discurso (capítulo 36) e fonologia (capítulos 37 e 38).

Língua e gramática

A perspectiva de Perini (2010a, p. 21) sobre a definição de língua e gramática destaca a importância de considerar os usos linguísticos da vida real, cujo objetivo é “observar a língua como ela é, e não como algumas pessoas acham que deveria ser”. Isso contrasta nitidamente com a abordagem da gramática tradicional, que defende um conjunto prescritivo de regras baseado na norma-padrão – e não na variedade popular.

Ao contrário do modelo adotado tradicionalmente, o linguista enfatiza a necessidade de descrever o português falado, capacitando os leitores a adquirir uma compreensão consciente das estruturas da língua. Sua gramática, por sua vez, concentra-se na “língua falada no Brasil por mais de 187 milhões de pessoas” (2010a, p. 15). Essa abordagem distingue-se dos livros gramaticais adotados nas escolas, apontando para uma postura mais alinhada com a realidade linguística.

Para Perini (2010a, p. 36), “O conhecimento de uma língua é uma parte do nosso conhecimento do mundo, programado em nosso cérebro, e acessível à observação através do comportamento e dos julgamentos dos falantes”. Destarte, a gramática, por sua vez, é uma disciplina que se concentra em analisar uma parte fundamental desse sistema linguístico. Em termos simples, é um campo de estudo que busca investigar, descrever e elucidar fenômenos do mundo real, sendo uma análise dos fenômenos dos usos reais e uma “disciplina científica, tal como a química, a história e a biologia” (Perini, 2014, p. 56).

A língua, de acordo com Perini (2010b, p. 1), pode ser descrita como um “sistema intrincado codificado em nosso cérebro”, que estabelece uma conexão entre os esquemas mentais que moldam nossa compreensão do mundo e um

código que os representa de forma perceptível aos nossos sentidos. Em relação à gramática, como discutido na seção anterior, ela pode ser compreendida de várias maneiras. Para o linguista, pode representar tanto o conhecimento interno do falante quanto um conjunto de regras sobre o que é considerado “correto” e “incorreto”, ou ainda ser vista como uma disciplina científica em constante evolução.

Portanto, a gramática é concebida como mais do que um conjunto inflexível de normas. A descrição do português falado para compreender e abordar a realidade linguística do falante, ao mesmo tempo que estimula a reflexão do leitor sobre a língua, também traz um novo viés da gramática tradicional. Isso transcende a simples memorização, expandindo a visão do falante para além das limitações de manuais de “falar” e “escrever corretamente”.

Para que ensinar gramática?

Perini aborda que sua proposta consiste em escrever uma gramática diferente do que os modelos canônicos estruturaram. A mudança deve-se principalmente ao campo da teoria, visto que ele traz um princípio teórico mais rigoroso do que as gramáticas atuais disponíveis. As obras produzidas, segundo Perini (2005, p. 22), “são também arcaicas tanto na descrição que oferecem quanto nas teorias em que se baseiam”.

A falta de uma adequação empírica e respeito aos fatos da língua é o que o autor vai denominar “ficção linguística”, em que são cobradas dos alunos construções que já caíram em desuso e não existem mais, como a colocação pronominal. A justificativa dos estudos gramaticais na escola é que eles são substanciais para a leitura e a escrita, no entanto isso não é verdade, uma vez que “aprende-se a língua padrão através da prática” (Perini, 2014, p. 48).

A gramática do português é descritiva, e o linguista afirma que é uma tentativa de descrição da norma-padrão culta, e não das variedades do português, embora cada variedade da língua tenha seu conjunto de situações específicas, não havendo, portanto, uma relação de superioridade entre elas. Assim, atém-se ao padrão culto encontrado em textos jornalísticos e técnicos, variedade que, inclusive, é o fundamento das gramáticas tradicionais (Perini, 2005). Ao suscitar questionamentos e formulações que evidenciam a lacuna reflexiva da gramática tradicional, ao mesmo tempo que identifica que ela não oferece

explicações embasadas em teorias sólidas e ressalta a presença desmedida de uma normatividade sem controle, é imprescindível a pergunta: “Qual seria, portanto, a justificativa para ensinar a gramática?”.

Perini defende veementemente que o ensino de gramática deve ser parte da formação científica dos alunos, de modo que ela, de fato, é uma parte da linguística, mas também é uma disciplina para além dos cursos de Letras, pois está no currículo escolar dos ensinos fundamental e médio – e a inclusão dessa matéria é justificada com base na falsa afirmação de que ela é substancial para dominar a habilidade de se comunicar eficazmente por escrito e verbalmente.

A atual abordagem do ensino de português trabalha com o aprendizado e a memorização de resultados, isto é, não é explicado o método, tampouco o percurso para achá-los. É uma dinâmica já cristalizada na qual o processo de análise não é apresentado ao aluno pelo professor; logo, “nas aulas de gramática não se aprende gramática, nem sequer se estuda gramática” (Perini, 2014, p. 55).

Constata-se, portanto, que a gramática é substancial e deve fazer parte da formação científica dos alunos, não como um corpo de mero conhecimento e resultados prontos, mas como um método de obtê-los.

O PERFIL DA GRAMÁTICA DE ATALIBA DE CASTILHO

O linguista Ataliba de Castilho, em *Nova gramática do português brasileiro*, publicada em 2010, traz uma gramática inovadora, em que considera os usos reais de fala, não usa exemplos literários clássicos, convida o leitor a refletir sobre a própria língua, bem como compartilha uma gramática descritiva do português do Brasil a partir de uma postura científica, e não apenas limitando-se à normatividade aplicada à língua materna até então.

Diferentemente do que o PTG havia proposto até o momento, o autor possui uma abordagem teórica essencial, pois acredita que a pesquisa linguística não pode prescindir de uma teoria bem definida; logo, a gramática não deve ser ateórica. Além disso, os escritores literários, segundo Castilho (2010), não escrevem para nos abastecer de regras gramaticais. Assim, a gramática deve se basear no português falado, uma vez que faz mais sentido usar dados do uso comum para descrever uma língua em vez de obras clássicas. Por fim, a ordem de apresentação do conteúdo também se distingue, iniciando-se pelo texto, seguindo para a sentença e, por fim, para a palavra.

A obra é dividida em 15 capítulos. No primeiro, o autor apresenta o que se entende por língua e gramática, assim como aborda as teorias linguísticas e conceitua política linguística e sua aplicação no português brasileiro. No terceiro e quarto, apresentam-se a língua como multissistema, a história e a diversidade do português brasileiro. Do quinto ao nono, têm-se o estudo sobre o texto e os gêneros discursivos, o conceito, a tipologia e as propriedades – gramaticais, semânticas, discursivas – das sentenças simples e complexas. Do décimo ao décimo quarto, explicitam-se as definições de sintagmas. No 15º, há algumas generalizações sobre o português do Brasil.

Castilho afirma que a língua é parte substancial da identidade de uma nação e compõe aspectos importantes sobre nós, como quem somos e a nossa relação com o mundo. Entretanto, na tradição, os gramáticos parecem ocupar uma posição hierárquica, na qual detêm todo o saber e conhecimento sobre ela. Ao propor uma abordagem diferente dessa, ele transforma o leitor/falante em coautor da obra. Isso é feito por meio da apresentação de dois textos: um expositivo, no qual traz a explicação científica, e outro indagativo, em que há perguntas que os falantes possivelmente fariam – tais indagações tiram os falantes de uma exposição passiva diante da obra e os colocam como linguistas-gramáticos deles mesmos (Castilho, 2010, p. 24).

O linguista usa a teoria multissistêmica para interpretar os resultados, cujo conteúdo é funcionalista-cognitivista. A gramática foi elaborada com foco em diferentes grupos: os professores do ensino médio, os estudantes do ensino superior, os docentes universitários das disciplinas de Linguística Geral e Linguística do Português Brasileiro, e também aquelas pessoas que se interessam pelo fascínio das línguas naturais.

Língua e gramática

Castilho (2010) aborda a complexidade de lidar com uma língua natural, como o português brasileiro, e compara o trabalho dos linguistas e gramáticos ao de um botânico que se ocupa com plantas. Enquanto o botânico pode estudar o objeto externamente no mundo real, os linguistas e gramáticos trabalham com um objeto “escondido” na mente das pessoas. Para estudá-lo, é necessário um ponto de vista prévio ou uma teoria – que são fundamentados e refletidos em princípios racionais.

Existem várias direções teóricas possíveis para se abordar uma língua, e isso influencia o tipo de gramática que será produzido. É preciso levar os leitores a pensar sobre a língua e sua gramática de forma flexível, compreendendo as diferentes perspectivas teóricas e desenvolvendo suas próprias observações sobre esse importante fenômeno. O autor elencou quatro blocos de possíveis análises para cada um, oferecendo uma visão específica sobre a língua e sua gramática. Conforme Castilho (2010, p. 42), “se você sair por aí catando teorias linguísticas e gramaticais, poderá ordená-las em várias direções, dependendo de seu interesse”. Desse modo, podem-se identificar quatro caminhos:

“A língua é um conjunto de produtos” – e sua Gramática será descritiva.

“A língua é um conjunto de processos mentais, estruturantes” – e sua Gramática será funcionalista-cognitivista.

“A língua é um conjunto de processos e de produtos que mudam ao longo do tempo” – e sua Gramática será histórica.

“A língua é um conjunto de ‘usos bons’” – e sua Gramática será prescritiva (Castilho, 2010, p. 42).

Destarte, é evidente como a concepção de língua está diretamente ligada ao modelo e à abordagem gramatical, reforçando a importância da teoria por trás da estruturação e do ponto de vista escolhido.

No capítulo 4, Castilho responde à seguinte pergunta: “O que é gramática?”. Para ele, o conceito pode ser resumido em um sistema linguístico disposto de três subsistemas, sendo eles:

(i) a fonologia, que trata do quadro de vogais e consoantes, sua distribuição na estrutura silábica, além da prosódia; (ii) a morfologia, que trata da estrutura da palavra; e (iii) a sintaxe, que trata das estruturas sintagmática e funcional da sentença (Castilho, 2010, p. 138).

Ademais, comenta que a gramática, para os formalistas,

[...] é uma entidade *a priori*, prevista geneticamente, constituída por um conjunto de regras lógicas e mentalmente pressupostas no discurso. [...] [e, para os funcionalistas], é uma entidade *a posteriori*, organizada por um conjunto de regras observáveis nos usos linguísticos, as quais emergem do discurso (Castilho, 2010, p. 138).

A teoria multissistêmica funcionalista-cognitivista é utilizada para analisar e organizar os dados da gramática. No momento em que temos a mínima

interação, os sistemas entram em ação, sendo eles o léxico, a semântica, a gramática e o discurso. Esse evento é delineado por um conjunto de categorias, e nenhum dos quatro desempenha um papel central; em vez disso, todos são regulados por um dispositivo sociocognitivo.

Assim, segundo Barroso (2020), a gramática é um elemento essencial da língua que examina a combinação das palavras na construção dos enunciados durante a interação verbal, fornecendo significado e organização ao texto. Dessa forma, dominar as regras gramaticais é crucial para utilizar a língua com maior liberdade e confiança, permitindo que o falante ative, reative e desative propriedades lexicais, semânticas e discursivas ao criar enunciados durante atividades linguísticas básicas como a conversação.

Em suma, na sua gramática, Castilho introduz uma nova perspectiva: o leitor é tratado como um colaborador, numa espécie de coautoria, sendo envolvido na reflexão linguística. Ele também enfatiza a importância de uma teoria para fundamentar a descrição dos fenômenos da língua, em vez de apenas reproduzi-los sob o viés da normatividade atórica. Além disso, tem-se o rompimento com o estilo puramente expositivo das gramáticas tradicionais, distanciando-se da abordagem que o autor nomeia de “revelação”, em que o gramático é comparado a Moisés, que desce das montanhas para definir o certo e o errado na linguagem.

Para que ensinar gramática?

Com o avanço da linguística, tornou-se perceptível a necessidade de pensar um novo ensino de gramática, em que a base deveria se distanciar da doutrina gramatical tradicional. Castilho propõe um ensino de português para além das regras decoradas; pelo contrário, busca entender o português como uma língua em funcionamento, e não apenas um regulamento único a ser seguido – conforme gramáticos canônicos defendiam.

Para o autor, o modelo tradicional usado até então se limita a uma memorização mecânica e concentra-se nas taxonomias vazias e sem conexão com a realidade linguística do estudante. Além disso, afirma que as escolas – que são representantes do Estado e carregam o imaginário social de que o falar e escrever bem traduzem-se em saber regras – privilegiam o ensino de uma única variedade: a língua-padrão culta, ignorando a variedade popular e prescrevendo o “bom uso” do português (Castilho, 2010).

O linguista reconhece que a língua é heterogênea e está sujeita a transformações, já que as comunidades humanas são fluidas e as línguas que utilizam devem evoluir para se ajustarem às novas circunstâncias históricas e aos contextos sociais. Dessa forma, é ilógica a manutenção de um ensino que favorece um conjunto estático de regras, como se a fala em si mesma fosse um sistema homogêneo. É importante salientar que “a variação e a mudança são propriedades linguísticas que não impedem a intercompreensão, porque obedecem a uma sistematicidade e a uma regularidade” (Castilo, 2010, p. 199).

Conclui-se que ensinar gramática vai além de apresentar um quadro de definições prontas sobre a variedade-padrão culta, que não incentivam nem promovem nenhuma reflexão aos alunos, e que reduzem, portanto, a língua a uma mera prescrição. Para além disso, Castilho (2010, p. 32, grifo nosso) deixa claro que “o objetivo das boas gramáticas é desvelar o *conhecimento linguístico armazenado na mente dos falantes*, desde o cidadão analfabeto até o escritor laureado”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se propôs a analisar os perfis gramaticais em obras descritivas, em que os autores buscam romper com o paradigma tradicional da gramática adotando uma abordagem inovadora em direção à educação linguística. Essa mudança é claramente visível nas respostas às perguntas norteadoras, uma vez que a concepção de língua difere da tradição estabelecida, e seus objetivos e perspectivas sobre a gramática são reformulados.

As obras de autores como Perini e Castilho são notáveis exemplos de trabalhos que vão além da mera prescrição da variedade-padrão, promovendo uma abordagem reflexiva do ensino da língua e fomentando uma abordagem científica da gramática. No entanto, é importante destacar que esse compêndio gramatical de obras escritas por linguistas inclui outras contribuições significativas de autores, como para o ensino do português brasileiro.

Assim, torna-se claro o afastamento da concepção de gramática restrita à busca por um falar “correto” ou “incorreto”, deixando para trás a persistência de uma abordagem unicamente purista da língua. Em seu lugar, surge a abordagem de descrever a língua como ela realmente é, levando em consideração o contexto funcional de uso e suas variedades. Nesse ínterim, o ensino da língua, nas gramáticas dos linguistas, leva em consideração o conhecimento inato dos falantes, busca a interação com o leitor e assume um caráter científico, em que

tanto o método quanto os resultados desempenham um papel crucial no processo de aprendizado.

The grammars of linguists in Brazil: language, grammar, and teaching in the works of Mário Perini and Ataliba de Castilho

Abstract

The aim of this article is to investigate the positioning of linguists in the construction of descriptive grammars, guided by two central questions: “What is grammar?” and “Why teach grammar?”. In the first decades of the 21st century, a new agenda for linguistic studies emerged, giving rise to grammars produced by linguists following the exposure of the theoretical, conceptual, and empirical weaknesses of traditional grammatical doctrine. Therefore, it is of paramount importance to understand how this agenda shapes the new grammars and addresses the questions raised. The corpus under analysis includes the works of Mário Perini, *Gramática descritiva do português* (2005) and *Gramática do português brasileiro* (2010a), as well as *Nova gramática do português brasileiro*, by Ataliba de Castilho (2010).

Keywords

Grammar. Linguists. Teaching.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, J. C. de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BARROSO, A. *O ensino de gramática na perspectiva da Nova gramática do português brasileiro, de Ataliba Teixeira de Castilho*. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2020.

BAGNO, M. O que é uma língua? Imaginário, ciência & hipóteses. In: LAGARES, X. C.; BAGNO, M. (org.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 355-387.

BAGNO. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

- CASTILHO, A. T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CASTILHO, A. T. de. Sobre a *Nova gramática do português brasileiro*. In: NEVES, M. H. de M.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (org.). *Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra, os autores*. São Paulo: Parábola, 2014. p. 9-159.
- FARIAS, W. S. de. As gramáticas dos linguistas no Brasil: efeitos de sentido polêmicos sobre a língua a re-conhecer. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 14, n. 1, p. 105-122, jan./abr. 2014.
- FERRAREZI JR., C. F. da; TELES, I. M. *Gramática do brasileiro: uma nova maneira de entender a língua*. São Paulo: Globo, 2008.
- MARTELOTTA, M. E. (org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.
- NEVES, M. H. de M. *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.
- NEVES. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.
- PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.
- PERINI, M. A. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010a.
- PERINI, M. A. Sobre língua, linguagem e linguística: uma entrevista com Mário A. Perini. *ReVEL*, v. 8, n. 14, p. 1-12, 2010b. Disponível em: www.revel.inf.br. Acesso em: 15 jan. 2024.
- PERINI, M. A. Defino minha obra gramatical como a tentativa de encontrar resposta às perguntas: por que ensinar gramática? Que gramática ensinar? In: NEVES, M. H. de M.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (org.). *Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra, os autores*. São Paulo: Parábola, 2014. p. 48-67.
- PILATI, E. et al. Educação linguística e ensino de gramática na educação básica. *Linguagem & Ensino*, v. 14, n. 2, p. 395-425, 2011.
- POSSENTI, S. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. São Paulo: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil, 2002. 95 p. (Coleção Leituras no Brasil).
- TRAVAGLIA, L. C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. 9. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2003.
- VIEIRA, F. E. *A gramática tradicional: história crítica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.